

ANEXO XIII

DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA DO CONDÔMINO

Para se concretizar a relação contratual, deverão ser fornecidas cópias autenticadas ou cópias simples com a apresentação dos originais dos seguintes documentos do cliente e do Imóvel ou então a declaração de veracidade dos documentos assinados pelo síndico:

1. Pessoa Física: CPF e RG ou CNH ou Passaporte ou documento de conselhos regionais ou ainda qualquer outro documento expedido por órgão governamental (municipal, estadual ou federal) com foto.
2. Pessoa Jurídica (Empresa Privada): CNPJ do responsável pelo imóvel e Contrato Social e Documento de identificação do sócio responsável, conforme item 1.
3. Pessoa Jurídica (Órgão Público): Requerimento de solicitação de prestação de serviços (água e/ou esgoto) em papel timbrado e assinado por agente público, contendo o CNPJ do órgão e endereço completo do imóvel.
4. Pessoa Jurídica (Condomínio): CNPJ do responsável pelo imóvel e Convenção do condomínio e Ata vigente da eleição do síndico atual e Documento de identificação do síndico, conforme item 1. O item 5 não se aplica a Condomínios.
5. Documento do Imóvel: Além dos documentos listados para Pessoa Física e Pessoa Jurídica, deve o solicitante ou representante apresentar documento de comprovação de vínculo com o imóvel onde será prestado o serviço:
 - a. Se Proprietário: Escritura ou Matrícula Atualizada ou Contrato de Compra e Venda ou IPTU ou Certidão Negativa de Débitos de IPTU ou Alvará de Construção ou Alvará de Funcionamento ou Habite-se ou Declaração de Órgão Público ou Relação dos Beneficiários do Minha Casa Minha Vida.
 - b. Se Locatário: Contrato de Locação.
 - c. Se Arrendatário: Contrato de Arrendamento.
 - d. Se Donatário: Contrato de Doação.
 - e. Se Permutante: Escritura ou Contrato de Permuta.
 - f. Na fragilidade ou ausência dos documentos comprobatórios de vínculo com o imóvel, o solicitante poderá apresentar a Declaração de Posse com firma reconhecida do possuidor do imóvel, cônjuge/companheiro (se houver) e 02 (duas) testemunhas, visando provar sua condição de proprietário/possuidor do imóvel.
 - g. Para o solicitante que apresentar Declaração de Posse e possuir débito igual ou superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais), deverá ser aberto Processo Administrativo para análise da Unidade de Negócio.
 - h. Caso o solicitante seja representante do responsável pelo imóvel, o mesmo deverá apresentar, além do documento do imóvel, o Termo de Procuração ou Inventário ou Curatela do proprietário/possuidor, com firma reconhecida do outorgante e outorgado.
 - i. Na evidente desatualização cadastral da Cagece por meio da análise do documento do imóvel apresentado pelo solicitante, deve-se realizar a revisão de dados cadastrais.
 - j. Todos os contratos que comprovam o vínculo do solicitante com o imóvel necessitam do reconhecimento de firma das partes do documento, o qual pode ser realizado pelo agente público, próprio ou terceirizado, durante o atendimento.
 - k. Quando o responsável pelo imóvel for o cônjuge do solicitante, este deverá apresentar a Certidão de Casamento junto com o documento do imóvel.